

# O Entorpecimento da Justiça Eleitoral

4. X. 950

Não se pode negar que houve certa inércia, de parte do Executivo federal, em atender aos pedidos da força da Justiça Eleitoral. Foi justamente em relação ao Estado das Alagoas, enfeudado ao sr. Pedro Aurélio de Góis Monteiro e mais necessitado, do que qualquer outro, da proteção da força federal, foi justamente em relação a esta infeliz unidade da Federação, que mais lento se tornou o governo do sr. Eurico Dutra.

Assim, ainda na noite de ante-ontem, véspera do pleito — informa o «Correio da Manhã» — não havia certeza de haver sido, ou não, atendida a requisição de forças para garantir a liberdade do pleito em vários Estados, isto apesar de estar afeta a matéria ao gabinete do Presidente da República.

E' possível que quase todos os pedidos tenham sido atendidos. Dizemos quase todos, pois já se sabe que a certos municípios de Alagoas não chegou a força e, ali, justamente, se deram graves ocorrências. O governo dirá que fez o possível, mas nós lhe rearduiremos que fez o menos que, sem grande escândalo, lhe era possível: não podendo negar, retardou até o último momento. E' que o resultado visado já estaria em grande parte obtido: a intimidação do eleitorado independente, que, na incerteza do que poderia acontecer, se absteria de comparecer às urnas.

Claro indício destes propósitos do Governo Federal está na informação pelo mesmo matutino carioca fornecida: o Superior Tribunal Eleitoral fazia as suas requisições, como era natural, ao Ministério da Guer-

ra, mas a matéria foi depois afeta ao Gabinete do Presidente da República. Por que semelhante transferência, se as requisições de força por parte da Justiça Federal não estavam sujeitas a qualquer apreciação por parte do Poder Executivo e deveriam ser automaticamente por êle cumpridas? A autoridade competente para as atender é, evidentemente, o ministro da Guerra, pois sómente êle está em condições de tomar prontamente e com acêrto as necessárias providências. Mas isto não convinha ao sr. Presidente da República e aos que o assessoram: o sr. general Canrobert satisfaria prontamente as requisições da Justiça Eleitoral e isto não convinha a muita gente, principalmente ao sr. Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Daí a interposição do bastão do gabinete do Presidente da República, nas rodas da máquina administrativa.

O Governo procurará exculpar-se, dizendo que enviou a força, mas nós lhe diremos que a enviou demastado tarde. No caso, tarde dar é negar.

Para melhor evidenciar o comportamento do Governo na questão, basta ver quais as providências por êle tomadas no Distrito Federal. Segundo o mesmo matutino carioca, haveria ontem ali muita farda nas ruas: exército, polícia militar, polícia civil e várias outras, tudo para garantir as eleições, onde, afinal, nenhuma ameaça contra elas havia. O eleitor carioca não precisava de garantias, mas porque delas não precisava, foi que lhas deram, independentemente da requisição do Tribunal Eleitoral. Enquanto isto, Alagoas esperava pela força que não chegava, ou tarde chegava.